

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

João de Almeida

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VOL. IV

JUNHO, 1945

N.º 12

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. IV

Junho, 1945

N.º 12

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	327
<i>Idéias e debates:</i>	
FERNANDO DE AZEVEDO, As técnicas de produção do livro e as relações entre mestres e discípulos	329
M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, Novos objetivos para a educação no Brasil	346
P. I. KITCHEN, Os Colégios da Juventude na Inglaterra	361
JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, O ensino primário em São Paulo de 1934 a 1943	366
INEZIL PENA MARINHO, História da Educação Física no Brasil — III. Brasil República (2. ^a fase)	391
<i>Documentação:</i>	
A remuneração dos professores primários	398
Cooperativismo escolar	417
<i>Vida educacional:</i>	
A educação brasileira no mês de março de 1945	433
Informação do país	441
Informação do estrangeiro	442
BIBLIOGRAFIA: Associação Brasileira de Educação, <i>Anais do VIII Congresso Brasileiro de Educação</i> ; J. Roberto Moreira, <i>Os sistemas ideais de educação</i> ; Ministerio de la Educación Nacional, <i>Educación Primaria</i>	444
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: Edgard de Vasconcelos, <i>A comunidade rural</i> ; Walther Barioni, <i>Tem fundamento a existência de uma carreira de professor?</i> ; Everardo Backheuser, <i>Desnacionalizando a</i>	

juventude; Aproximação das Américas através dos livros; José Cardoso, Tarefas para casa; Bueno de Azevedo Filho, Leituras infantis; Planos educacionais; Professor, Lição de psicologia infantil 448

Atos oficiais:

LEGISLAÇÃO FEDERAL: Portaria n.º 179, de 11-4-945 do Diretor Geral do D.N.E. — Baixa instruções para a concessão de bolsas de estudos para candidatos à Escola Nacional de Educação Física e Desportos; Decreto-lei n.º 7.473, de 18-4-945 — Dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores; Portaria Ministerial n.º 215, de 18-4-945 — Dispõe sobre as condições para o exercício de professores de canto orfeônico nos estabelecimentos de ensino sob fiscalização federal, localizados no Distrito Federal, e nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro; Decreto-lei n.º 7.490, de 25-4-945 — Aprova o Convênio para permuta de publicações entre o Brasil e a República Dominicana; Portaria Ministerial n.º 220, de 25-4-945 — Aprova o Regimento da Junta Especial de Ensino Livre; Resoluções ns. 1, 3 e 4 da Junta Especial do Ensino Livre	459
<i>Colaboradores do IV volume</i>	468
<i>Índice do IV volume</i>	470
<i>Índice alfabético do IV volume</i>	473

INSTITUTO DE ESTUDOS EDUCACIONAIS	
CLASSIFICAÇÃO	TOMBO
DATA	RUBRICA
25/11/99	10.337

O ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO DE S. PAULO DE 1934 A 1943

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA

Do Departamento Estadual de Estatística
de São Paulo

O ENSINO PRIMÁRIO EM 1943

Os resultados gerais do ensino primário ou fundamental comum, ministrado nos grupos escolares e escolas isoladas estaduais e nos demais estabelecimentos mantidos pelas municipalidades e por particulares, em todo o território do Estado de São Paulo, em 1943, podem, em seus aspectos gerais, ser representados no seguinte quadro:

Tabela 1

DISCRIMINAÇÃO (1)	TOTAL (2)	ENSINO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		ENSINO A LOCALIZAÇÃO			Na zona rural (8)
		No ensino público		Na zona			
		Estadual (3)	Municipal (4)	Do Município (5)	Do Distrito (7)		
1 - Unidades escolares	7 686	4 973	1 268	891	1 950	524	4 576
2 - Turmas	8 173	4 999	1 257	1 377	2 931	646	4 596
3 - Pessoal docente	15 165	12 786	1 431	1 364	9 950	1 397	4 826
- Cadeiras	16 865	12 780	1 416	2 266			
4 - Classes	20 022	19 886	2 965	3 202	11 902	2 067	15 074
5 - Matrícula geral	726 662	394 662	62 052	86 427	432 630	68 823	227 126
7 - Matrícula efetiva	392 229	473 062	34 842	64 746	363 283	52 036	165 969
6 - Frequência média	392 760	492 076	47 624	57 710	342 630	51 205	156 719
8 - Aproveitamentos	324 630	373 073	31 226	33 402	251 520	51 547	61 327
TOTAL	422 927	392 026	34 647	44 730	282 954	49 261	161 622

Um ligeiro estudo analítico dos resultados da coluna 2, para a determinação das médias, oferece-nos as seguintes conclusões:

a) Cada unidade escolar correspondeu a 1,2 turnos; 2,2 catedráticos; 2,3 cadeiras; 3,7 classes; 103,6 alunos da matrícula geral; 82,5 alunos da matrícula efetiva; 78,4 alunos freqüentes, e 60,4 aprovados;

b) Cada turno correspondeu a 2 catedráticos; 2,1 cadeiras; 3,2 classes; 88,9 alunos da matrícula geral; 71,2 alunos da matrícula efetiva; 67,6 alunos freqüentes, e 52,1 alunos aprovados;

c) Cada professor catedrático correspondeu a 1 cadeira; 1,6 classes; 45 alunos da matrícula geral; 36 alunos da matrícula efetiva; 34 alunos freqüentes, e 26 aprovados;

d) Cada cadeira correspondeu a 1,6 classes; 44 alunos da matrícula geral; 35 alunos da matrícula efetiva; 33 alunos freqüentes, e 26 aprovados;

e) Cada classe correspondeu a 28 alunos da matrícula geral; 22 alunos da matrícula efetiva; 21 alunos freqüentes, e 16 aprovados;

f) De cada grupo de 1.000 alunos da matrícula geral, 801 permaneceram na escola até o fim do ano; apenas 758 freqüentaram regularmente as aulas, e só 586 foram aprovados;

g) De cada grupo de 1.000 alunos da matrícula efetiva, 950 estiveram freqüentes, e 731 foram aprovados;

h) De cada grupo de 1.000 alunos freqüentes, 771 foram aprovados.

O prosseguimento desta análise dos resultados do ensino fundamental comum, segundo a dependência administrativa e a localização, levar-nos-ia à conclusão de que os mais satisfatórios índices são alcançados nas escolas estaduais e na zona urbana (sedes dos municípios) ao passo que o menor rendimento seria encontrado nas escolas municipais e na zona rural. O simples exame das linhas 3 e 4 da tabela 1 nos fornece elementos para essa assertiva, desde que verificarmos que nas escolas estaduais e na zona urbana cabem em média a cada professor 1,3 e 1 classes, respectivamente, ao passo que nos educandários mantidos pelas municipalidades e na zona rural cada professor responde por 2,1 e 2,5 classes, também respectivamente.

Vemos, portanto que a concentração da população urbana favorece a organização de conjuntos homogêneos de alunos, ao passo que a rarefação da zona rural obriga um mesmo professor a lecionar turmas

de alunos de adiantamento diferente, geralmente de 1.º, 2.º e 3.º ano. Comparado, assim, o trabalho do professor da cidade ao do professor da roça é claro que o deste último há de apresentar menor rendimento,

OS DADOS DA ESTATÍSTICA EM RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO

Os resultados preliminares do censo demográfico de 1940 informam-nos que a população geral do Estado era, a 1.º de Setembro daquele ano, 7.239.711. Aplicadas a este quantitativo as mesmas proporções encontradas pela Delegacia Regional do Recenseamento, na distribuição da população urbana, suburbana e rural, poder-se-á determinar, com pequena margem de erro, o número de habitantes das zonas urbana e suburbana, ou seja das cidades que seriam 3.199.952, e os da zona rural no total de 4.039.759, correspondentes a 44,2% e 55,8%, respectivamente.

Vejamos como se apresentava, naquele mesmo ano, a distribuição proporcional das cadeiras de ensino fundamental comum.

O total de cadeiras era de 15.716, sendo 9.571 ou 61% nas cidades, e 6.145 ou 39% na zona rural, inclusive as sedes de distritos ou vilas, o que corresponde a uma cadeira para 334 habitantes da cidade, e uma para 657 habitantes da zona rural.

Descendo os resultados desta análise aos clientes obrigatórios da escola comum que são os menores do 8.º ao 13.º ano de idade e valendo-nos do cálculo já efetuado pelo professor Giorgio Mortara, em "Interpretação e análise de algumas estatísticas do ensino primário no Brasil em relação com os resultados do Censo de 1940", verificamos que os respectivos quantitativos eram os seguintes em 1 de setembro de 1940:

Crianças no 8.º ano de idade	187.391
" " 9.º " " "	185.312
" " 10.º " " "	182.988
" " 11.º " " "	181.054
" " 12.º " " "	178.816
" " 13.º " " "	176.987
Total	1.092.548

Aplicadas as mesmas proporções de 44,2% e 55,8% para a localização dessa população infantil nas cidades e na zona rural, teremos:

	NAS CIDADES	NA ZONA RURAL
Crianças no 8.º ano de idade	82.827	104.564
Crianças no 9.º ano de idade	81.908	103.404
Crianças no 10.º ano de idade	80.881	102.107
Crianças no 11.º ano de idade	80.026	101.028
Crianças no 12.º ano de idade	79.037	99.779
Crianças no 13.º ano de idade	78.228	98.759
Total	482.907	609.641

Consideremos, entretanto, como já o fez o professor Almeida Junior, que nas cidades prevalece o curso de quatro anos (grupo escolar), enquanto na zona rural a extensão do curso é geralmente de três anos (escola isolada), e veremos que a lotação escolar nas cidades deveria corresponder à soma das crianças do 8.º ao 11.º ano de idade, isto é, 325.642, ao passo que na zona rural os lugares necessários seriam 310.075, correspondentes à soma das crianças do 8.º ao 10.º ano de idade.

Sabemos, porém, porque a estatística nos informa, que o rendimento da escola está longe de ser 100 %, e, assim, todos os anos, cerca de 30 % dos alunos da cidade e 40% da roça são reprovados e deverão voltar à escola para repetir a série. À lotação necessária já determinada pelo efetivo populacional em função da duração do curso, deveremos, então, acrescentar os lugares para os reprovados no ano anterior, ou seja em 1939, que foram 97.310 nas cidades e 84.011 na zona rural, e teremos finalmente:

LOTAÇÃO ESCOLAR NECESSÁRIA PARA 1940

Nas cidades:		Lugares
Para os alunos novos de 1.º ano e para os demais, promovidos no ano anterior	325.642	
Para os reprovados do ano anterior	97.310	
Total	422.952	
Na zona rural:		Lugares
Para os alunos novos de 1.º ano e para os demais, promovidos no ano anterior	310.075	
Para os reprovados do ano anterior	84.011	
Total	394.086	

No Estado:	Lugares
Para os alunos novos de 1.º ano e para os demais, promovidos no ano anterior	635 717
Para os reprovados do ano anterior	181 321
Total	817 038

Confrontemos, agora, estes resultados teóricos com a realidade apurada na estatística de 1940:

MATRÍCULA EFETIVA EM 1940

Nas cidades (zona urbana e suburbana)	342 683
Na zona rural (inclusive distritos rurais).....	211 649
Total	554 332

Estabelecidas as proporções entre a matrícula efetiva (alunos existentes nas escolas em 30 de novembro de 1940) e a capacidade necessária já determinada, concluir-se-á que a insuficiência da lotação escolar correspondia a 80.269 crianças sem escola nas cidades, e 182.437 na zona rural, ou 19 % e 46 %, respectivamente.

Aos resultados da análise acima e para mais exata visão do panorama escolar em 1940, podemos acrescentar, em resumo, os seguintes índices:

A cada grupo de 1.000 crianças previstas na escolarização, considerações separadamente as das cidades e as da zona rural, corresponderam:

TABELA II

LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA		Proporção média	APROVAÇÕES		
	Geral	Efetiva		Provações	Conclusões	Total
Nas cidades (zona urbana e suburbana).....	994	810	767	481	114	595
Na zona rural (inclusive distritos rurais).....	767	562	551	279	55	334
Em todo o Estado	884	678	653	380	65	469

A matrícula geral, como sabemos, é o total das inscrições no ano-calendário, ou, ainda, a soma da matrícula efetiva e das eliminações.

Dentre os alunos da matrícula efetiva muitos há que estiveram matriculados em outra escola no mesmo ano letivo, e outros que se inscreveram duas e mais vezes na mesma escola, assim como, dentre os eliminados, muitos constarão da matrícula efetiva de outras escolas para as quais se transferiram. Portanto, o número que exprime a matrícula geral não corresponde a igual quantidade de pessoas, mas

a um número que poderia ser pouco ou muito maior do que o de indivíduos que realmente passaram pela escola num ano-calendário.

Em outras palavras: a matrícula geral registra o mesmo aluno tantas quantas forem as vezes que o mesmo deixou a escola e a ela retornou no mesmo ano letivo, ao passo que a matrícula efetiva corresponde exatamente ao número de alunos existentes por ocasião do encerramento das aulas.

Estas considerações servem para explicar a razão porque a matrícula geral consignou, nas cidades, apenas seis unidades menos do que o total tomado como número base.

Percebemos, pelo quadro acima, que as cidades estão em situação de grande vantagem sobre a zona rural. De cada mil crianças ali residentes, 810 permaneceram na escola, 767 frequentaram as aulas diariamente, e 595 foram aprovadas, enquanto na zona rural apenas 562 se conservaram matriculadas, 531 compareceram diariamente às aulas e 334 lograram aprovação.

Tendo em vista os índices acima, relativos à matrícula efetiva, podemos, finalmente, dizer que o aparelho paulista de ensino fundamental comum atendeu a 67,8% da lotação necessária em todo o Estado, percentagem essa que se eleva a 81 % nas cidades, e desce a 56,2% na zona rural.

Em estudo semelhante, apresentado no "Anuário do Ensino 1935-1936", o Dr. A. Almeida Júnior, baseado nas proporções decorrentes do recenseamento de 1934, verificou que as cidades já estavam suficientemente dotadas de escolas e mesmo com sobras estatísticas, e que a lotação escolar da zona rural não correspondia sequer a um terço da necessária. Essa situação apresentou-se, já em 1940, bastante modificada: a cidade ofereceu lotação pouco superior a quatro quintos da suficiente, e a zona rural atendeu a perto de três quintos da lotação necessária.

Estas divergências, que decorrem principalmente das diferenças de proporções entre os quantitativos demográficos urbanos e rurais, apurados nos dois censos, o paulista e o nacional, levam-nos a outra ordem de idéias, qual seja a de que no período de 1934 a 1940 acentuou-se a tendência para a concentração populacional urbana, em detrimento da zona rural. E o simples fato da carência de habitações na Capital paulista e da crescente falta de braços para a lavoura, são coincidências que bem podem ser tomadas como sintoma positivo da veracidade desta observação.

Verificada a situação do ensino primário em 1940, vejamos, a seguir, que resultados terá apresentado nos anos seguintes, o aparelho paulista de educação popular.

RENDIMENTO ESCOLAR

O rendimento da escola de ensino fundamental comum, no período 1940-1943, pode ser resumido como segue, excluído, por insignificante, o movimento do 5.º ano.

TABELA III

DISCRIMINAÇÃO (1)	ALUNOS DA MATRÍCULA EFETIVA (2)	DOS QUATRO			PORCENTAGEM DE APROVAÇÃO (5)
		Previdido (3)	Concluíram o curso (4)	Reprovados (3)	
				105 958	37,25
				41 678	72,02
				10 640	82,76
				6 377	89,38
				170 650	68,18
				90 373	61,37
				39 922	73,24
				17 036	83,30
				7 914	88,12
				155 245	71,80
				94 907	60,77
				39 191	75,98
				15 736	85,17
				6 195	91,40
				156 049	72,63
				97 381	60,67
				39 208	74,92
				14 240	86,57
				3 191	93,12
				155 958	73,13

As cifras da coluna 6 indicam que a cada cem alunos da matrícula efetiva correspondiam, em média, nos quatro anos em estudo, sessenta aprovações no 1.º ano do curso, setenta e três no 2.º ano, oitenta e quatro no 3.º ano, noventa no 4.º ano, e setenta e duas no total.

Se as percentagens do 3.º e 4.º ano refletem bom rendimento, as do 1.º ano já não são satisfatórias, mas indicam grande progresso na eficiência do aparelho escolar, de vez que, no período 1934-1939 a maior percentagem foi 55,12% (1939), baixando até a 47,00% (1935).

EVASÃO ESCOLAR

Conhecidos os números da tabela III seria lícito prever a seguinte composição aproximada da matrícula efetiva, nos anos consecutivos, para o conveniente aproveitamento dos alunos, até o último ano do curso:

TABELA IV — PREVISÃO DA MATRÍCULA EFETIVA

ANOS DO CURSO (1)	MATRÍCULA EFETIVA				
	De reprovados no ano anterior (2)	De promovidos no ano anterior (3)	De alunos novos (4)	Total (5)	
Para 1941	No 1.º ano.....	105 958	—	126 753	232 711
	No 2.º ano.....	41 678	141 923	—	183 601
	No 3.º ano.....	16 640	107 256	—	123 896
	No 4.º ano.....	6 377	63 443	—	69 820
	Total.....	170 653	312 622	126 753	610 028
Para 1942	No 1.º ano.....	90 373	—	151 531	241 904
	No 2.º ano.....	39 922	142 338	—	182 260
	No 3.º ano.....	17 036	109 286	—	126 322
	No 4.º ano.....	7 914	65 819	—	73 733
	Total.....	155 245	317 443	151 531	624 219
Para 1943	No 1.º ano.....	94 907	—	152 711	247 618
	No 2.º ano.....	39 191	146 997	—	186 188
	No 3.º ano.....	15 736	111 435	—	127 191
	No 4.º ano.....	6 195	69 643	—	75 838
	Total.....	156 019	328 075	152 711	636 805

Mas, na realidade, a estatística acusou o seguinte movimento de alunos nos anos em estudo:

TABELA V — MATRÍCULA EFETIVA, SEGUNDO A ESTATÍSTICA

ANOS DO CURSO (1)	MATRÍCULA EFETIVA				
	De reprovados no ano anterior (2)	De promovidos no ano anterior (3)	De alunos novos (4)	Total (5)	
Em 1941	No 1.º ano.....	62 236	—	170 475	232 711
	No 2.º ano.....	27 823	121 385	—	149 208
	No 3.º ano.....	10 549	91 446	—	101 995
	No 4.º ano.....	3 224	63 106	—	66 630
	Total.....	104 132	275 937	170 475	550 544
Em 1942	No 1.º ano.....	55 732	—	186 172	241 904
	No 2.º ano.....	27 580	123 246	—	150 826
	No 3.º ano.....	11 139	95 082	—	106 221
	No 4.º ano.....	3 912	65 819	2 312	72 043
	Total.....	98 163	284 147	188 484	570 794
Em 1943	No 1.º ano.....	56 536	—	191 062	247 618
	No 2.º ano.....	26 393	125 030	—	152 322
	No 3.º ano.....	10 461	95 603	—	106 064
	No 4.º ano.....	3 331	69 643	1 622	74 596
	Total.....	96 741	291 187	192 684	580 612

Confrontando-se as cifras da coluna (2) das tabelas IV e V, constatase que os alunos reprovados que não voltaram a matricular-se eram:

Em 1941	43 722 ou 41% dos reprovados em 1940
Do 1.º ano	13 855 ou 33% " " " 1940
Do 2.º ano	6 091 ou 36% " " " 1940
Do 3.º ano	2 853 ou 44% " " " 1940
Do 4.º ano	66 521 ou 39% " " " 1940
Total	

Em 1942	34 641 ou 38% dos reprovados em 1941
Do 1.º ano	11 542 ou 29% " " " 1941
Do 2.º ano	5 897 ou 35% " " " 1941
Do 3.º ano	4 002 ou 51% " " " 1941
Do 4.º ano	56 082 ou 36% " " " 1941
Total	

Em 1943	38 351 ou 40% dos reprovados em 1942
Do 1.º ano	12 798 ou 32% " " " 1942
Do 2.º ano	5 295 ou 33% " " " 1942
Do 3.º ano	2 864 ou 46% " " " 1942
Do 4.º ano	59 308 ou 38% " " " 1942
Total	

Por outro lado, comparando as cifras da coluna 3 (tabelas IV e V) conclui-se que não desejaram ou não puderam retornar à escola os seguintes contingentes:

Em 1941:

- 20 538 ou 14% dos que apenas saíam do primeiro contacto com a cartilha;
- 15 810 ou 14% dos que lograram aprovação no 2.º ano;
- 342 ou 0,5% dos que estavam promovidos para o 4.º ano.

Em 1942:

- 19 092 ou 13% dos aprovados no 1.º ano;
- 14 204 ou 13% dos aprovados no 2.º ano;

No 4.º ano matricularam-se todos os promovidos no ano anterior e mais 2.312 novos, provindos das escolas isoladas.

Em 1943:

- 21 058 ou 17% dos promovidos para o 2.º ano;
- 15 830 ou 14% dos promovidos para o 3.º ano;

No 4.º ano matricularam-se todos os promovidos no ano anterior e mais 1.622 alunos novos, que haviam concluído o curso de três anos das escolas isoladas.

Para que se pudesse considerar como não evadida uma parte da população já iniciada pela escola, seria necessário que a matrícula efetiva de 1941 a 1943 consignasse, do 2.º ao 4.º ano do curso, os resultados da coluna "total" da tabela IV, da qual não foram deduzidos os índices de mortalidade, por ser esta muito reduzida nas idades de 8 a 13 anos.

Vemos, entretanto, que a coluna "total" dos dois últimos quadros apresenta as seguintes diferenças para menos, entre a matrícula prevista e a apurada:

Em 1941:

- 34 393 no 2.º ano, ou 18,7% de evasão
- 21 901 no 3.º ano, ou 17,6% de evasão
- 3 190 no 4.º ano, ou 4,5% de evasão

Em 1942:

- 31 643 no 2.º ano, ou 17,3% de evasão
- 20 101 no 3.º ano, ou 15,9% de evasão
- 1 690 no 4.º ano, ou 2,2% de evasão

Em 1943:

- 38 856 no 2.º ano, ou 18,1% de evasão
- 21 125 no 3.º ano, ou 16,6% de evasão
- 1 242 no 4.º ano, ou 1,6% de evasão

As percentagens de evasão verificadas em 1938 correspondiam a 18,7 no 1.º ano, 20,1 no 2.º ano e 10,3 no 4.º ano, e as agora calculadas apresentam apreciável redução, principalmente no 4.º ano, onde, como vimos na tabela V, a soma dos reprovados e promovidos precisou de um complemento de alunos novos para atingir o total da matrícula efetiva registrada.

FALHAS NOS REGISTOS ESCOLARES

Prosseguindo no exame dos resultados das tabelas IV e V, nota-se um fenómeno que não poderá ser accito como fato real, mas admitido como consequência de falhas nos assentamentos escolares.

Verifica-se, por exemplo, no 1.º ano, que dos alunos reprovados, que eram 105.958 em 1940, 90.373 em 1941, e 94.907 em 1942, somente 62.236 (58%), 55.732 (61%), e 56.556 (59%), respectivamente, voltaram a matricular-se naquela classe nos anos seguintes, e permaneceram na escola até o término do exercício letivo.

E' inadmissível que tão grande seja o contingente de analfabetos que abandonam a escola, quando a própria matrícula efetiva acusa número sempre crescente de 1941 a 1943.

Antes de iniciar a apuração, o Serviço de Estatística Educacional promove rigorosa crítica nos questionários e solicita, às autoridades escolares, os esclarecimentos necessários ao expurgo dos senões encontrados. Desde que haja perfeita entrosagem entre as respostas dos diversos quesitos, não há como deixar de considerar aceitáveis os questionários. Os erros, como o que acima se denuncia, são inevitáveis, porque decorrem das falhas de que se ressentem os livros de escrituração escolar.

Há, no livro de matrícula, uma coluna para o registro de repetentes, na qual o diretor ou professor da escola deverá anotar a repetência, sempre que se trate de aluno já reprovado uma ou mais vezes, ou que apenas tenha sido inscrito na mesma série do curso no ano anterior ou em anos anteriores. Como alunos novos deverão ser considerados somente aqueles que pela primeira vez se inscrevem num determinado ano do curso. Nesta conformidade, é necessário, ainda, que, ao ser feita qualquer nova inscrição, seja o candidato inquirido sobre o ano do curso que havia frequentado no estabelecimento de onde provém.

Sabemos que há professores que se sentirão melindrados em seu amor próprio se se constatar que uma grande percentagem dos seus alunos aprovados eram repetentes. O seu interesse, muito humano, aliás, é apresentar bom rendimento, com alunos novos. Daí omitirem nos registros casos bem conhecidos de repetência. Com isso fica satisfeita a vaidade do profissional e anotada a sua eficiência no boletim de merecimento, mas, grandemente prejudicados ficam a alta administração do ensino e o Estado, porque a estatística não pode fornecer-lhes os elementos reveladores do rendimento real do aparelho escolar.

Vimos, pelo confronto da coluna 4 dos dois quadros precedentes, que a matrícula de alunos novos no 1.º ano, prevista para 1941, 1942 e 1943, foi de muito superada, e não há como deixar de admitir que no

excesso acusado se encontram, em grande parte, os reprovados no ano anterior, injustamente denunciados como desertores da escola.

Em "Aspectos do ensino primário em São Paulo e no Brasil", tese por nós apresentada ao 8.º Congresso Brasileiro de Educação, em 1942, focalizamos o assunto deste capítulo, e alvitramos providências que, se aceitas e cumpridas por quem de direito, contribuiriam para que a estatística preenchesse finalmente as suas finalidades, de vez que a comparação entre o total de novas inscrições na 1.ª série e o contingente de crianças que anualmente atingem o mínimo de idade para admissão ao curso fundamental comum, seria um índice seguro e preciso do grau de capacidade do aparelho escolar.

O Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, órgão coordenador das estatísticas nacionais do ensino, constatou a existência das mesmas falhas na coleta da estatística escolar, e acaba de distribuir uma circular a todos os serviços regionais incumbidos do levantamento.

Temos a assinalar que, infelizmente, essas instruções só nos vieram às mãos no período de férias escolares, quando já nos chegavam em retórno os primeiros questionários preenchidos, relativos ao ano de 1944.

São os seguintes, os reparos feitos por aquele Serviço, em sua circular n.º 154-1.181:

"Na execução dos trabalhos inerentes à coleta da estatística do ensino primário a cargo das repartições regionais, verificou este Serviço que o cômputo da repetência na apreciação da matrícula desse ensino não logra, em alguns casos, a interpretação que lhe corresponde no respectivo levantamento.

Assim é que na categoria dos "alunos novos" de cada série vêm sendo indevidamente computados alunos que são, de fato, "repetentes" da série em que se inscrevem, resultando, daí, que os dados até agora apurados tenham ficado, neste particular, afetados de um largo erro. O fato, à primeira vista, pode parecer sem maior importância. Tal ocorrência, entretanto impossibilita a análise a que os dados estatísticos se devem prestar, uma vez que não se conhecendo, na massa do discípulo, o quantitativo correspondente aos alunos efetivamente "novos" em cada série ou período do curso, não se poderá verificar, no cotejo do movimento didático com os dados demográficos, em que medida a escola está podendo

acolher, em cada uma das fases ou estágios do *currículum*, o efetivo das crianças que deveriam concorrer à respectiva inscrição, efetivo esse que deve ter como limite (ressalvada a hipótese de recuperação de gerações anteriores incompletamente escolarizadas) o quantitativo demográfico de sete anos de idade para o 1.º ano, de oito para o 2.º, de nove para o 3.º e assim por diante, conforme a organização do ensino que prevalecer em cada região.

A rigor, o "aluno-repetente" não é, como indevidamente se tem suposto até agora, somente aquele que não tendo conseguido aprovação em exame de fim de ano, permanecer na mesma série do curso no ano imediato. A qualidade de repetente se atribui, também, ao aluno que pela segunda ou mais vezes cursar a mesma série em que já tenha estado inscrito em qualquer tempo anterior, ainda que em outra escola, e mesmo que se não tenha submetido a exame ou nem sequer haja permanecido na escola até o fim do período letivo.

E' óbvio, por conseguinte, que essas particularidades devam ser apuradas pela estatística com a devida exatidão. E por isso venho pedir a vossa solícita atenção para a necessidade de serem baixadas instruções precisas e rigorosas a todos os educandários que fornecem informações para o levantamento da estatística do ensino primário geral, a fim de que fiquem os respectivos responsáveis perfeitamente esclarecidos e orientados sobre como devem levantar e registrar, nos formulários em uso, os dados referentes aos alunos "novos" e aos "repetentes".

Estas, na íntegra, as considerações feitas pelo Serviço federal, em torno do assunto de que vimos tratando.

Ficam, portanto, devidamente esclarecidas as razões que nos levam a formular o mais encarecido apêlo ao professorado de São Paulo, no sentido de serem desde já postas em prática as normas sugeridas acerca da escrituração do livro de matrícula, do qual são extraídos, para o questionário estatístico, os dados que focalizam aquele aspecto do panorama educacional.

UNIDADE, CADEIRA OU TURMA E CLASSE

Os questionários A a F do Convênio de 1931, embora completos quanto ao plano nacional, não se adaptam, em alguns casos, a certas peculiaridades da organização regional do ensino. Segundo o referido

plano, por exemplo, uma *turma* de alunos, entregue a um professor, terá tantas classes quantos forem os graus de ensino ou anos do curso pelos quais se distribuem os alunos. Assim, se houver nessa *turma* educandos de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano, quatro serão as classes apuradas para o Convênio. De acordo com o regime estadual, entanto, outro é o significado do vocábulo *classe*, onde esta corresponde exatamente à *turma* de alunos entregue a um professor, embora haja nessa *turma* de alunos de diversos anos do curso.

Interessa ao Estado saber quantos alunos, em média, teve cada *unidade* escolar e o Convênio não responde a essa pergunta com precisão, acontecendo que alguns Estados, com maior número de unidades, têm menor matrícula, porque uma *unidade* tanto pode conter 40 ou menos alunos, como até mais de 1.000, como acontece com diversos grupos escolares de S. Paulo, os quais são contados como *unidades*, em igualdade de condições com as escolas isoladas ou singulares.

A lotação do aparelho escolar será facilmente determinada se ao invés da *unidade-escola* ou curso, adotarmos a *unidade-cadeira* ou *turma*. A primeira tem capacidade muito variável, como vimos, mas a *unidade-cadeira* pode ser considerada uniformemente como sendo uma porção de quarenta alunos, mais ou menos, correspondente à lotação de uma sala comum e à capacidade de ensinar do professor.

Para melhor esclarecer acerca da vantagem da adoção da *unidade-cadeira*, figuremos, finalmente, a seguinte hipótese:

Uma certa povoação tem três escolas isoladas que pelo Convênio são três unidades, assim como o são pela legislação estadual.

No ano seguinte, para atender melhor a população daquela localidade, o Governo cria ali um grupo escolar com cinco cadeiras, para as quais nomeia os três professores antigos e mais dois novos.

Terá havido redução no aparelho escolar? Evidentemente, não. Entretanto, pela estatística do Convênio iremos encontrar ali uma única unidade, que é o grupo escolar, em lugar das três antigas unidades singulares.

Se a unidade adotada fosse a *cadeira*, o progresso seria evidente, porque ao invés de três, passariam a ser cinco as unidades.

Essas, as razões que levaram o Serviço de Estatística Educacional de São Paulo a adotar questionários próprios, os quais, atendendo a todas as exigências do Convênio, possibilitaram, ao mesmo tempo, a apuração de outros informes de que não pode prescindir a administração regional.

Assim, por exemplo, relativamente aos resultados de 1943, poderíamos fazer as seguintes revelações que o plano do Convênio por si só não permitiria:

1.ª — Nos educandários de ensino fundamental comum, públicos e particulares, o número de cadeiras foi de 16.501, o qual, multiplicado por 40, dá 660.040, limite máximo de alunos que as escolas poderiam conter.

Tendo sido de 582.258 a matrícula efetiva, verifica-se que a parte não aproveitada da lotação escolar correspondeu a 77.782 lugares.

2.ª — As médias de alunos por cadeira, em 1943, foram as seguintes: no ensino estadual, 37; no ensino municipal 31 e no ensino particular 28.

3.ª — A média de alunos por cadeira é mais ou menos uniforme numa série de anos, como nos seguintes:

1936	33,91
1937	34,19
1938	34,83
1939	35,24
1940	35,27
1941	34,23
1942	35,19
1943	35,23

4.ª — A média de alunos por cadeira que é, como vimos, de 35 em S. Paulo, seria, com pequeninas variações, encontrada em qualquer outra parte do território brasileiro, donde, por um simples confronto da capacidade total das unidades-cadeiras com o quantitativo populacional de cada Unidade Federada, obteríamos um índice bastante seguro da obra que a escola primária vem realizando em todo o Brasil.

COMPOSIÇÃO DAS CADEIRAS DE TURMAS

Vejamos, agora, qual era, em 1943, a composição das cadeiras ou turmas no ensino fundamental comum:

TABELA VI

CADEIRAS DE TURMAS RESUMO EM ANOS DO CURSO (1)	NO ENSINO PÚBLICO		NO ENSINO PARTICULAR (4)	TOTAL DAS CADEIRAS DE TURMAS (5)	TOTAL DAS CLASSES (6)	
	Estadual (2)	Municipal (3)				
Com alunos de um só ano ou período	de 1.º ano	2 987	204	600	3 790	
	de 2.º ano	2 252	73	314	2 631	
	de 3.º ano	1 746	34	261	2 063	
	de 4.º ano	1 408	25	308	1 831	
	de 5.º ano	—	—	41	41	
Total	8 493	436	1 524	10 453	10 453	
Com alunos de dois anos ou períodos	de 1.º e 2.º ano	1 026	254	220	1 610	3 220
	de 2.º e 3.º ano	291	20	73	384	768
	de 3.º e 4.º ano	229	5	137	391	782
	de 1.º e 2.º ano	124	32	7	163	326
	de 2.º e 4.º ano	12	—	1	13	26
	de 1.º e 4.º ano	1	1	10	12	24
	de 4.º e 5.º ano	—	—	11	11	22
	de 2.º e 5.º ano	—	—	1	1	2
	de 3.º e 5.º ano	—	—	1	1	2
Total	1 663	412	491	2 566	5 132	
Com alunos de três anos ou períodos	de 1.º, 2.º e 3.º ano	2 666	361	127	3 294	6 582
	de 2.º, 3.º e 4.º ano	3	—	42	45	90
	de 2.º, 4.º e 5.º ano	—	—	2	2	4
	de 1.º, 2.º e 4.º ano	—	—	8	8	16
	de 1.º, 3.º e 4.º ano	—	—	2	2	4
de 2.º, 3.º e 4.º ano	—	—	1	1	2	
Total	2 669	361	183	3 313	6 626	
Com alunos de quatro anos ou períodos	de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano	2	5	65	72	144
	de 2.º, 3.º, 4.º e 5.º ano	—	—	2	2	4
	Total	2	5	67	74	148
Com alunos de 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º ano	—	—	2	2	4	
RESUMO	12 789	1 418	2 296	16 501	33 002	

Os totais da coluna 6 foram obtidos mediante a multiplicação dos números da coluna 5 por 1, 2, 3, 4 e 5, conforme o número de anos ou períodos componentes das cadeiras ou turmas.

Verifica-se que no ensino estadual e no particular, dois terços das cadeiras ou turmas são constituídas de alunos de um só adiantamento, ao passo que no ensino municipal prevalecem as turmas heterogêneas, em mais de dois terços do total.

As turmas de um só adiantamento estão, em sua maioria, localizadas nas cidades, ou seja nos grupos escolares estaduais e nas escolas agrupadas particulares, e as outras, as formadas de alunos de séries diferentes, são geralmente as escolas isoladas estaduais e municipais, disseminadas pela zona rural. Essa a principal razão do melhor rendimento verificado nas escolas urbanas. Somadas as classes de cada uma das séries, ou seja de cada um dos anos ou períodos, teremos

o total abaixo, apurado na conformidade do plano estabelecido no Convênio de 20 de dezembro de 1931.

TABELA VII

CLASSSES	NO ENSINO PÚBLICO		NO ENSINO PARTICULAR	TOTAL
	Estadual	Municipal		
De 1.º ano.....	6 746	1 257	1 060	9 063
De 2.º ano.....	6 202	1 015	889	8 082
De 3.º ano.....	5 003	657	763	6 423
De 4.º ano.....	1 745	36	611	2 392
De 5.º ano.....	—	—	62	62
TOTAL.....	19 696	2 965	3 362	26 023

Em 1943, enquanto as médias de alunos da matrícula efetiva, por *cadeira* ou turma foram de 37 no ensino estadual, 31 no ensino municipal e 28 no particular, as médias por *classe* foram as seguintes:

TABELA VIII

ANOS DO CURSO	MÉDIA DE ALUNOS POR CLASSE			
	No ensino estadual	No ensino municipal	No ensino particular	Total
De 1.º ano.....	28	23	27	27
De 2.º ano.....	21	10	16	19
De 3.º ano.....	18	7	15	17
De 4.º ano.....	36	24	17	31
De 5.º ano.....	—	—	27	27
TOTAL.....	24	15	19	22

Conforme se vê na tabela VIII, a média de alunos nas classes estaduais de 4.º ano é quase igual a de alunos por *cadeira* estadual, o que se explica pelo fato de serem os alunos dessa série encontrados exclusivamente nos grupos escolares, onde há maior facilidade para a formação de conjuntos homogêneos. Já no 1.º ano a média é bem mais baixa e continua a decrescer no 2.º e 3.º ano porque no divisor passam a influir as escolas isoladas, as quais, como vimos, subdividem-se em classes de 1.º, 2.º e 3.º ano.

COMPOSIÇÃO DA MATRÍCULA

O quadro que se apresenta a seguir (tabela IX) é um demonstrativo da composição da matrícula do 1.º ao 5.º ano primário, segundo a entidade mantenedora das escolas (estaduais, municipais e particulares) e quanto à localização das mesmas, se nas cidades, nas vilas ou na zona rural:

TABELA IX

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	NO ENSINO PÚBLICO		NO ENSINO PARTICULAR				
		Estadual	Municipal	SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO		NA ZONA RURAL		
				Das municipalidades	Das Escolas			
Matrícula geral.....	No 1.º ano.....	327 305	249 104	41 513	36 751	150 327	28 200	139 605
	No 2.º ano.....	287 939	207 180	14 011	16 768	113 625	17 389	96 236
	No 3.º ano.....	125 813	107 241	5 533	13 029	89 014	11 954	77 060
	No 4.º ano.....	53 538	70 557	1 016	12 013	72 698	8 273	2 700
	No 5.º ano.....	1 834	—	—	1 836	1 836	—	—
TOTAL.....	726 592	584 082	62 073	80 427	433 630	65 823	227 139	
Matrícula efetiva.....	No 1.º ano.....	247 618	190 654	28 750	28 212	127 530	21 626	105 904
	No 2.º ano.....	152 332	128 655	10 400	13 074	95 247	13 956	81 291
	No 3.º ano.....	69 066	90 779	4 377	10 510	73 715	10 094	32 347
	No 4.º ano.....	74 596	63 454	871	10 201	64 715	7 428	2 455
	No 5.º ano.....	1 846	—	—	1 846	1 846	—	—
TOTAL.....	586 258	473 962	44 400	64 700	363 253	52 010	165 909	
Frequência média.....	No 1.º ano.....	227 445	175 719	26 933	24 777	116 327	20 940	95 387
	No 2.º ano.....	146 731	125 687	10 400	12 564	91 536	13 542	77 994
	No 3.º ano.....	103 342	88 543	4 542	10 057	71 203	9 505	32 100
	No 4.º ano.....	72 129	62 029	849	9 292	62 536	7 357	2 302
	No 5.º ano.....	1 113	—	—	1 113	1 113	—	—
TOTAL.....	582 760	452 379	42 624	67 763	342 595	51 200	158 719	
Pratizações.....	Para o 1.º ano.....	150 257	118 748	12 361	18 128	86 843	13 744	73 099
	Para o 2.º ano.....	115 126	95 110	7 090	10 620	72 155	10 008	39 202
	Para o 3.º ano.....	70 878	61 217	3 518	8 548	61 596	7 253	1 844
	Para o 4.º ano.....	892	—	—	892	892	—	—
	Para o 5.º ano.....	334 933	275 075	21 256	38 602	223 526	31 047	81 737
TOTAL.....	672 086	553 141	44 225	76 370	453 512	62 052	166 824	
Aproveitamento.....	No 3.º ano.....	21 148	17 880	2 750	477	1 698	1 030	17 767
	No 4.º ano.....	65 473	60 372	705	7 453	39 494	6 941	2 138
	No 5.º ano.....	1 273	—	—	1 273	1 273	—	—
	TOTAL.....	87 894	78 252	3 455	9 403	42 465	8 071	19 905
	Pratizações e conclusões.....	425 927	393 330	24 847	47 750	283 944	40 201	101 562

Os números acima evidenciam a grande diferença entre as contribuições do Estado, dos municípios e dos particulares, para a difusão do ensino. As escolas estaduais reuniram cerca de 80 % dos alunos que passaram pelos bancos escolares em 1943, restando para os educandários mantidos pelas municipalidades e por particulares apenas 9% e 11%, respectivamente.

Na distribuição dos alunos pelas quatro primeiras séries do curso (1.º ao 4.º), segundo a localização das escolas, verifica-se que a cada grupo de 100 alunos do 1.º ano correspondem:

	71 no 2.º ano
	54 no 3.º ano
Nas cidades	45 no 4.º ano
	61 no 2.º ano
Nas vilas	42 no 3.º ano
	29 no 4.º ano
	40 no 2.º ano
Na zona rural	20 no 3.º ano
	2 no 4.º ano

Quanto ao 4.º ano, não admira que os alunos dessa série apareçam, na zona rural, na proporção de 2 para 100 do 1.º ano, porque, como já vimos, a classe de 4.º ano só existe no grupo escolar estadual e em alguns educandários particulares, e tais estabelecimentos são muito raros na zona rural. Tendo em vista, porém, os índices do 2.º e 3.º ano, não podemos deixar de nos alarmar com os resultados pouco favoráveis que a escola rural nos apresenta, e poderíamos concluir: De cada 100 alunos que ingressam na escola rural, apenas 40 vão até o fim do 2.º ano, e metade destes chegam ao fim do 3.º.

Não é razoável, porém, tal afirmativa. A determinação das porcentagens de educandos que transitam pelas três séries da escola rural deverá ser determinada mediante a observação dos resultados de, pelo menos, três gerações anuais consecutivas de escolares, e essa observação nos proporciona os números da seguinte tabela:

TABELA X—MATRICULA EFETIVA NA ZONA RURAL

ANOS DO CURSO	1939	1940	1941	1942	1943
1.º ano	105 066	100 155	97 988	100 002	98 068
2.º ano	35 766	40 014	40 584	43 162	43 099
3.º ano	13 703	17 474	20 078	21 634	22 547

Acompanhando as três gerações escolares iniciadas no 1.º ano das escolas rurais em 1939, 1940 e 1941, verifica-se que as reduções anuais sofridas pelo total iniciado, foram as seguintes:

I — A cada grupo de 100 alunos de 1.º ano em 1939, corresponderam 38 no 2.º ano em 1940, e 19 no 3.º ano em 1941;

II — A cada grupo de 100 alunos iniciados no 1.º ano em 1940, corresponderam 40 no 2.º ano em 1941, e 21 no 3.º ano em 1942;

III — A cada grupo de 100 alunos de 1.º ano em 1941, corresponderam 44 de 2.º ano em 1942, e 23 de 3.º ano em 1943.

A análise acima demonstra progresso igual a 6% na passagem do 1.º para o 2.º ano, e de 4% na passagem do 1.º até o 3.º ano, isto no curto período de três anos, o que, sem dúvida, é uma afirmação de que a escola rural vem dia a dia melhor cumprindo a sua finalidade e conquistando as simpatias dos moradores do campo.

DEZ ANOS DE OBSERVAÇÃO

A tabela XI, que abaixo se apresenta, resume o movimento escolar primário de 1934-1943, em seus três principais aspectos — matrícula geral, matrícula efetiva e aprovações.

TABELA XI
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM — 1934-1943

ESPECIFICAÇÃO	ANO	TOTAL	ENSINO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			ENSINO A LOCALIZAÇÃO		
			NO ENSINO PÚBLICO		NO ENSINO PARTICULAR	NAS ZERAS		NA ZONA RURAL
			Estadual	Municipal		Das municipalidades	Das distritos	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
1 — Matrícula geral	1934	335 197	426 061	31 427	73 675	306 532	31 299	147 339
	1935	348 750	404 150	44 809	79 707	304 637	33 296	179 873
	1936	428 632	407 835	48 610	82 200	309 144	37 094	202 027
	1937	639 127	617 250	55 763	66 114	392 159	62 320	214 046
	1938	683 911	349 200	35 879	69 427	307 228	90 732	229 303
	1939	716 602	279 083	38 274	79 425	419 109	98 362	236 361
	1940	722 843	342 568	28 613	80 442	426 271	67 362	234 090
	1941	712 531	369 319	61 039	81 273	426 223	61 376	239 334
	1942	719 324	377 072	63 564	78 588	426 745	63 774	229 005
	1943	726 082	384 082	62 075	80 427	433 630	65 823	227 129
2 — Matrícula efetiva	1934	402 857	324 362	21 730	36 343	261 291	37 068	160 961
	1935	442 169	352 967	33 585	38 277	280 211	39 710	132 249
	1936	467 045	371 569	38 032	61 504	290 460	41 069	138 879
	1937	494 134	399 113	38 367	63 438	300 390	46 362	147 186
	1938	520 240	414 829	38 367	67 244	314 790	46 661	153 000
	1939	524 269	441 430	40 292	69 631	332 546	50 316	153 917
	1940	534 332	450 379	41 134	62 362	342 053	52 608	159 244
	1941	551 515	444 569	43 633	63 297	343 443	47 399	160 471
	1942	571 873	465 853	45 912	62 077	354 320	50 553	168 969
	1943	582 258	473 002	44 493	64 798	363 253	53 035	168 969
3 — Aprovações	1934	245 430	204 842	9 094	34 574	177 961	22 146	48 333
	1935	265 225	215 923	11 131	35 169	189 696	23 248	52 879
	1936	309 640	232 362	16 182	40 690	206 612	27 142	74 063
	1937	324 339	262 529	19 016	41 652	216 367	30 119	77 704
	1938	324 139	264 367	16 390	43 242	214 343	31 798	78 061
	1939	360 945	300 211	19 434	41 393	236 526	33 782	88 060
	1940	393 368	317 333	21 637	44 375	251 926	36 613	93 127
	1941	398 049	327 712	24 663	43 368	259 918	34 991	101 230
	1942	413 713	344 272	25 083	45 730	274 729	37 812	108 472
	1943	423 937	353 330	24 847	47 730	283 994	40 291	101 662

Pelo confronto das cifras da coluna 3, observa-se que no decênio em estudo houve um aumento médio anual de 19.142 alunos na matrícula geral, 17.940 na matrícula efetiva e 17.748 aprovações e que a cada grupo de 100 alunos da matrícula geral, da matrícula efetiva e aprovados em 1934, corresponderam 135, 144 e 171, respectivamente, em 1943.

A diferença entre a matrícula geral e a efetiva nos dá conta das percentagens de eliminação que, sendo de 24 % em 1934, elevou-se a 25 % em 1936 e baixou a menos de 20 % em 1943.

Quanto ao aproveitamento dos alunos, os resultados dos dez anos em estudo nos informam que o rendimento da escola comum tem melhorado de ano para ano, de vez que a percentagem de aprovações em 1934 foi de 61% e já atingiu a 73% em 1943.

Se examinarmos os progressos da escola na zona rural, incluindo nesta os resultados das sedes dos distritos, veremos:

a) que os aumentos médios anuais no decênio em estudo foram de 9.435 alunos na matrícula geral, 7.735 na matrícula efetiva e de 7.144 aprovações;

b) que a cada grupo de 100 alunos da matrícula geral, da matrícula efetiva e aprovados em 1934, corresponderam 147, 154 e 201, em 1943;

c) que o rendimento da escola rural, expresso pela percentagem de aprovação de 49 % em 1934, subiu a 64 % em 1943, o que significa que mais 15 em cada 100 foram aprovados neste último ano.

Quanto aos resultados das cidades, verifica-se:

a) que a percentagem de eliminações baixou de 23% a 16% de 1934 para 1943, enquanto a situação permaneceu quase inalterada na zona rural, onde o abandono da escola durante o ano baixou de 28% para 26%;

b) que o aproveitamento dos alunos, equivalente a 68% em 1934, subiu a 78% em 1943.

Examinemos, ainda, a tabela imediata, na qual a apresentação da matrícula e aproveitamento possibilita o confronto dos resultados das diversas séries do curso, nas escolas públicas e particulares de todo o Estado.

Tabela XII
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM - 1934-1943

ESPECIFICAÇÃO	ANO	ANOS DO CURSO					TOTAL
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	
1 - Matrícula geral	1934	286 197	130 972	71 870	41 214	1 699	533 137
	1935	318 161	135 559	84 288	44 741	2 087	585 756
	1936	341 259	143 997	86 527	50 772	2 300	623 655
	1937	341 896	153 271	93 592	56 118	2 100	650 127
	1938	354 133	159 249	106 756	60 672	1 669	682 911
	1939	362 370	166 379	104 640	67 290	1 274	716 652
	1940	348 659	167 917	115 308	80 138	1 101	722 643
	1941	324 234	157 967	123 427	76 068	1 108	712 831
	1942	323 413	156 824	121 203	71 045	1 209	719 824
	1943	322 308	147 630	125 413	83 386	1 336	726 542
2 - Matrícula efetiva	1934	208 405	102 867	56 889	30 737	1 369	402 887
	1935	252 975	105 705	65 626	36 317	1 547	442 169
	1936	241 401	111 001	70 462	42 672	1 836	467 165
	1937	241 738	126 488	77 306	48 911	1 692	494 128
	1938	248 521	131 715	84 074	50 890	1 370	520 540
	1939	258 750	142 992	85 267	57 947	1 693	542 269
	1940	247 881	149 854	94 528	60 078	911	554 332
	1941	252 711	149 395	91 995	60 650	971	551 513
	1942	251 904	150 626	106 221	72 043	1 078	571 672
	1943	247 418	152 332	106 006	74 306	1 546	592 356
3 - Aprovações	1934	104 679	72 054	41 101	27 592	1 234	248 450
	1935	109 482	75 685	43 213	30 211	1 282	268 623
	1936	131 135	83 131	55 726	38 479	1 327	309 549
	1937	128 836	82 319	60 373	40 706	1 692	324 330
	1938	127 888	84 588	67 594	42 928	1 111	324 139
	1939	140 960	100 190	68 547	50 087	756	360 948
	1940	141 823	107 296	79 888	53 701	800	392 568
	1941	142 335	109 290	84 950	56 716	741	396 040
	1942	146 997	111 433	90 860	63 844	996	415 712
	1943	150 237	113 120	91 826	69 448	1 273	423 927

Com relação a esses números, observa-se:

a) De 1934 para 1943, a matrícula geral cresceu 13 % no 1.º ano; 43 % no 2.º ano; 75 % no 3.º ano e 102 % no 4.º ano.

b) Quanto à matrícula efetiva, os aumentos foram de 19% no 1.º ano; 48% no 2.º ano; 86% no 3.º ano, e 121% no 4.º ano.

c) Pelas percentagens da letra b constata-se que a evasão dos escolares tem decrescido, sendo bastante acentuado o aumento da permanência no 2.º, 3.º e 4.º ano como demonstram os índices abaixo, em relação a 100 alunos do 1.º ano:

Tabela XIII

ANO	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
1934	100	49	27	16
1935	100	49	28	15
1936	100	46	29	17
1937	100	52	32	19
1938	100	53	35	20
1939	100	55	35	24
1940	100	60	43	28
1941	100	66	43	29
1942	100	62	43	30
1943	100	61	43	30

A tabela acima mostra que a cada grupo de 100 alunos do 1.º ano, em 1934, correspondiam 49 no 2.º ano, 27 no 3.º e 16 no 4.º, ao passo que, já em 1943, com alunos do 1.º ano correspondiam a 61 no 2.º, 43 no 3.º e 30 no 4.º, situação essa que se apresenta com firme tendência para melhorar, como demonstra, principalmente, a coluna do 4.º ano, onde, de 1935 a 1943, a série ascendente não sofreu solução de continuidade.

d) As eliminações em 1934 foram de 28% dos inscritos no 1.º ano, 22% do 2.º, 21% do 3.º e 11% do 4.º, ao passo que em 1943 baixaram a 25% no 1.º ano, 20% no 2.º, 16% no 3.º ano e 11% no 4.º.

e) As aprovações de 1934 equivaleram a 50% no 1.º ano, 70% no 2.º, 75% no 3.º e 80% no 4.º e, em 1943, subiram a 61% no 1.º ano, 74% no 2.º, 86% no 3.º e 93% no 4.º.

O progresso da escola primária paulista nestes dez últimos anos de atividade, é, aliás, mais amplamente demonstrado na tabela seguinte, na qual o aproveitamento dos alunos é apresentado sob todos os aspectos, isto é, quanto ao ano do curso, quanto à dependência administrativa das escolas e quanto à localização destas:

Tabela XIV
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM — Aproveitamento

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	ENSINO & DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			ENSINO & LOCALIZAÇÃO					
		NO ENSINO PÚBLICO		NO ENSINO PARTICULAR	NA ZONA URBANA		NA ZONA RURAL			
		Estad.	Munic.		Dist. Municip.	Dist. Distrit.				
		Estad.	Munic.	Dist. Municip.	Dist. Distrit.	NA ZONA RURAL				
1934	Promoções	Para o 2.º ano	194 073	83 291	5 941	14 625	64 273	9 430	30 224	
		Para o 3.º ano	72 951	61 771	2 142	5 120	51 554	6 400	13 600	
		Para o 4.º ano	25 942	22 266	306	5 742	24 330	2 970	657	
		Para o 5.º ano	1 118	—	—	1 130	1 113	7	55	
	Total	215 032	177 430	6 384	29 622	151 413	19 607	44 666		
	Concluídos de curso	No 2.º ano	5 059	4 263	339	273	544	1 076	3 028	
		No 4.º ano	26 802	23 025	231	3 522	24 400	1 996	406	
		No 5.º ano	1 254	—	—	1 254	1 014	17	43	
	Total	33 115	27 412	650	5 052	26 220	3 093	3 487		
	Promoções e conclusões	Total	248 147	204 842	9 034	34 574	177 633	22 746	48 153	
Porcentagem de aprov.		No 1.º ano	50,61	51,43	34,42	51,34	58,92	49,23	38,00	
		No 2.º ano	78,25	79,75	68,30	66,82	79,11	64,50	73,83	
		No 3.º ano	75,89	76,17	89,82	72,71	74,10	71,74	73,48	
		No 4.º ano	82,94	82,12	65,02	74,50	82,67	78,44	87,90	
	No 5.º ano	83,16	—	—	83,16	92,97	79,83	48,31		
Total	61,67	63,11	41,50	61,14	68,12	58,73	46,49			
Promoções	Para o 2.º ano	180 237	113 749	13 301	18 125	86 848	13 744	49 650		
	Para o 3.º ano	113 125	95 116	7 080	10 922	72 192	10 959	30 783		
	Para o 4.º ano	70 678	61 217	812	8 569	61 896	7 231	1 944		
	Para o 5.º ano	592	—	—	592	592	—	—		
Total	364 532	270 072	21 253	38 208	221 526	31 947	81 737			
Concluídos de curso	No 3.º ano	21 151	17 886	2 796	472	1 569	1 600	17 707		
	No 4.º ano	68 377	60 371	792	1 407	59 404	6 941	2 136		
	No 5.º ano	1 272	—	—	1 272	1 272	—	—		
Total	90 800	78 257	3 588	9 148	62 452	8 634	19 906			
1943	Promoções e conclusões	Total	425 927	323 228	24 847	47 739	283 984	40 281	101 602	
		Porcentagem de aprov.	No 1.º ano	60,67	62,29	48,47	64,29	67,89	63,57	50,43
			No 2.º ano	74,29	74,21	62,47	79,99	75,89	78,28	70,22
			No 3.º ano	66,57	67,33	82,56	83,37	68,82	69,24	67,76
	No 4.º ano		93,17	93,32	91,27	90,89	93,31	93,47	87,09	
	No 5.º ano		77,34	—	—	77,34	77,34	—	—	
	Total	73,11	74,08	65,84	73,89	78,11	73,93	65,25		

MATRÍCULA EFETIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL COMUM, EM CONFRONTO COM A POPULAÇÃO

Para finalizar o presente estudo, examinemos o comportamento dos números da matrícula efetiva em confronto com os da população total.

TABELA XV
ENSINO FUNDAMENTAL COMUM, PÚBLICO E PARTICULAR

ANOS (1)	POPULAÇÃO DO ESTADO (*) (2)	MATRÍCULA EFETIVA	
		Tota. (3)	Por 10 000 Habitantes (4)
1934	6 433 327	402 857	626
1935	6 561 157	442 169	674
1936	6 691 527	467 065	698
1937	6 824 488	494 138	724
1938	6 960 091	520 580	748
1939	7 098 388	542 269	764
1940	7 239 711	554 332	766
1941	7 383 564	551 515	747
1942	7 530 275	571 872	759
1943	7 679 902	582 258	758

A presente tabela apresenta na coluna 4 os números relativos que expressam as proporções entre a matrícula e a população geral. Por esses números se verifica que o aumento progressivo da matrícula efetiva se processou mais rapidamente do que o crescimento populacional, até 1940, e declinou nos três últimos anos.

O ligeiro declínio observado poderá ser levado à conta do fechamento de diversas escolas japonesas localizadas no interior e algumas italianas na Capital, determinado pelas autoridades do ensino, a partir de 1941.

(*) Os números referentes à população de 1935 a 1939 e de 1941 a 1943 foram obtidos mediante a aplicação da taxa de crescimento anual 1,01987 verificada entre os resultados do censo paulista de 1934 e nacional de 1940.